



**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E COOPERATIVISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE GOIÁS DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.**

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2019, no Auditório Costa Lima, às 9 horas, realizou-se a terceira Reunião da Comissão sob a Presidência do ilustre Deputado Zé Carapô. A mesa foi composta pelos seguintes nomes: Zé Carapô, deputado estadual, Andréa Vulcanis, secretária do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Secima), Carlúcio Baima, Coordenador substituto de Licenciamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Paulo Roberto Fleury, superintendente Regional Ibama, Delson Leone Júnior, promotor de Justiça MPE, Henrique Alves, secretário municipal de Planejamento e Habitação, Gilberto Marques Neto, presidente da Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma), presidente Emater Goiás, Pedro Leonardo de Paula Rezende, José Essado Neto, presidente da Agrodefesa, ex-deputado Euler de Moraes, representante do senador Vanderlan Cardoso, e João Batista de Freitas Lemes, presidente das Centrais de Abastecimento de Goiás. O tema em debate foi: Licenças ambientais.

Em seu discurso de abertura, Zé Carapô destacou que a falta de clareza para o licenciamento ambiental tem sido um entrave para o desenvolvimento do Estado e afirmou que é necessário uma padronização e regras claras.



O secretário municipal de Planejamento e Habitação de Goiânia, Henrique Alves fez uso da palavra e destacou a importância da discussão do tema. Ele apresentou o Alvará Fácil e Alvará +Fácil, que é um programa de licenciamento urbanístico implantado pela Prefeitura de Goiânia para desburocratizar o procedimento para licenças.



Alves destacou que, com a desburocratização do procedimento, houve cerca de 60% de crescimento na emissão de alvarás. "Os avanços nos prazos foram grandes e queremos melhorar ainda mais", explicou. De acordo com o secretário, a inovação está à disposição para outras prefeituras interessadas em implantar o sistema. Outra vantagem destacada, é que o sistema possibilita aumento na arrecadação do município, além da geração de emprego e renda.

A secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Secima), Andréa Vulcanis, afirmou que ao longo do tempo, o licenciamento ambiental deixou de ser aplicado só na indústria e avançou para outros tipos de empreendimento, como as áreas de infraestrutura, serviços e outras atividades que, com o tempo, vieram a ser incrementadas.

"A pressão para emissão das licenças é muito grande e a qualidade dos estudos é muito baixa. Temos grandes desafios. Há uma fila de três anos para conceder licenças, queremos zerar essa fila. Recebemos o Governo em um estado deplorável. Por outro lado, quando os estudos chegam um pouco melhor, há um processo muito burocrático", disse.

O Analista Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Paulo Roberto Fleury afirmou que o Ibama está de portas abertas para atender as demandas da população e se colocou à disposição dos participantes para elucidar questionamentos.

O representante do senador Vanderlan Cardoso, o ex-deputado federal Euler de Moraes salientou a importância da iniciativa de discutir a desburocratização do licenciamento ambiental, tema da audiência pública que está sendo realizada neste momento no Parlamento goiano.


Moraes reiterou que o licenciamento ambiental é uma das questões que provocam preocupações no empreendedor. Ele reitera que o exemplo apresentado pelo programa apresentado pelo secretário municipal de Planejamento de Goiânia tem trazido resultados positivos para a Capital.

O coordenador nacional de Licenciamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Carlúcio Baima, fez uso da palavra e disse que processos que entram no Iphan são disponibilizados e podem ser acompanhados, pois são públicos e digitais, e possibilitam acesso a procedimentos e prazos. De acordo com ele, participação do órgão já tem uma prerrogativa legal e por meio da resolução do Conama 462/14, da Lei 9605/98 Lei de Crimes Ambientais, e do art. 6º do Conama nº 01/96. Estiveram também presentes alguns deputados. O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

DEPUTADOS TITULARES:


Deputado ZE CARAPÔ – Presidente


Deputado CHICO K&L - Vice- Presidente


Deputado AMAJURI RIBEIRO

Deputado PAULO TRABALHO

Deputado KARLOS CABRAL

Deputado RAFAEL GOUVEIA

Deputado WAGNER NETO

DEPUTADOS SUPLENTE

Deputado MAJOR ARAÚJO

Deputado ISO MOREIRA

Deputado TALLE BARRETO

Deputado RUBENS MARQUES

Deputado WILDE CAMBÃO

Deputado DIEGO SORGATTO


Deputado CORONEL ADAILTON